

ZEE consolida primeiros dados - 22-janeiro-2001

Local: Amazonas

Fonte: **Gazeta Mercantil Amazonas**Link: <http://www.gazetamercantildf.com.br/am/>

O Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE), do Amazonas, entra em fase de consolidação dos dados coletados no sul e sudeste do Estado, em uma área de 200 mil quilômetros quadrados, priorizadas nessa primeira etapa do projeto devido aos conflitos com o avanço das atividades agropecuária e madeireira. Um dos resultados de maior relevância para a economia amazonense divulgado até o momento, é o inventário realizado pelo Instituto de Tecnologia da Amazônia (Utam), que mostrou o grande potencial madeireiro na região sul do Amazonas, com ocorrência de espécies de alto valor comercial para os mercados interno e externo. Diagnosticou-se, também, que a região é rica em espécies fornecedoras de subprodutos extrativistas, como seringueiras, castanheiras, palmeiras, andiroba e copaíba.

O ZEE está sendo costurado para funcionar como um instrumento de planejamento e gestão territorial, e terá o objetivo de contribuir para a ocupação e ordenamento do Estado, levando em consideração o crescimento econômico das diferentes regiões com base em programas de desenvolvimento sustentável. Além do Utam, outras entidades como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa) e a Universidade do Amazonas (UA), participaram nos últimos dois anos do processo de coleta de dados para o zoneamento. O Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) é responsável pela coordenação do projeto no Estado.

Segundo o presidente do Ipaam, Estevão Monteiro de Paula, o ZEE é uma prioridade estadual, por ser a peça fundamental para que o Amazonas continue a se desenvolver sem devastar o meio ambiente. Ele observa que o baixo índice de desmatamento registrado no Estado, cerca de 2% do território estadual, dá apenas uma tranquilidade aparente aos órgãos ambientais, já que a pressão sobre os estoques naturais é muito grande, principalmente por parte dos madeireiros e dos agropecuaristas. “Só conhecendo bem o que temos será possível preservar”, afirma.

Por meio do ZEE, explica, será possível conhecer a real potencialidade dos recursos naturais do Estado e suas vocações; as áreas onde a agropecuária pode avançar sem prejuízo ao meio ambiente; as regiões com potencial agrícola e aquelas que devem ser mantidas intactas; a biodiversidade estadual; entre outras informações prioritárias para a economia e a ecologia do Amazonas. Estevão informa, que o Ipaam ainda não conta com produtos finais do ZEE, pois o processo está em fase de consolidação dos dados. A expectativa é lançar o ZEE do Amazonas em 2002.

O custo do zoneamento estadual deve chegar até lá a R\$ 11 milhões, aproximadamente R\$ 20 por quilômetro quadrado. Ao todo a área prioritária do ZEE compreende 550 mil quilômetros quadrados, que representa 1/3 do território estadual, abrangendo o nordeste e sudeste do Estado e mais os municípios de Lábrea e Boca do Acre, ao sul. Na primeira etapa do trabalho o levantamento foi realizado em uma área que totalizou 200 mil quilômetros quadrados, concentrando os municípios de Apuí, Humaitá, Manicoré e Novo Aripuanã. Essas áreas foram priorizadas por estarem suscetíveis à degradação ambiental por conta da hidrovía do rio Madeira, terminal graneleiro e avanço da frente agrícola vinda do Acre e rodovia BR-174.

Em todo o Brasil já foram investidos nos zoneamentos estaduais US\$ 100 milhões nos últimos 10 anos. Por determinação do governo federal os processos deverão ser agilizados em todo o País e os custos reduzidos, através da adequação das metodologias. O projeto ZEE foi incluído no Plano Plurianual (PPA), com recursos de R\$ 350 milhões para os próximos três anos, visando sua conclusão. No Amazonas, o ZEE está inserido no Projeto de Gestão Ambiental Integrada (Pgai) e conta com recursos da Agência Financeira Alemã KFW.

Márcia Valéria

mvaléria@gazetamercantil.com.br